



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 314ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 18 de dezembro de 2013.

Realizou-se no dia 18 de dezembro de 2013, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 314ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros: **Rubens Naman Rizek Junior, Secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente e Presidente em Exercício do CONSEMA, Maria Auxiliadora Assis Tschirner, Simone Aparecida Vieira, Carlos Alexandre Ribeiro, Luís Fernando Rocha, Alberto José Macedo Filho, Antônio Elian Lawand Junior, Lacir Ferreira Baldusco, Olavo Reino Francisco, Iracy Xavier, Francisco Emilio Baccaro Nigro, Jorge Hamada, Sido Otto Koprowski, Daniel Teixeira de Lima, Ronaldo Severo Ramos, Flávio de Miranda Ribeiro, Zuleica Maria de Lisboa Perez, Rui Brasil Assis, Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, Daniel Smolentzov, Cristina Maria do Amaral Azevedo, Andrea Nascimento, Jeferson Rocha de Oliveira, Antônio Cesar Simão, Felipe de Andréa Gomes, Marcelo Pereira Manara, Carlos Alberto Maluf Sanseverino, Dimitri Auad, Marcos Lopes Couto, Ademir Cleto de Oliveira, Sonia Maria Flores Giancesella, Luiz Antonio Cortez Ferreira, Yara Cunha Costa, Daniel Glaessel Ramalho, Ana Cristina Pasini da Costa, Marcos Camargo Campagnone, Isabel Cristina Baptista, Fábio Augusto Gomes Vieira Reis, Antonio Abel Rocha da Silva, José Ricardo Franco Montoro, Paulo Roberto Dallari Soares e André Graziano.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação da Ata da 90ª Reunião Extraordinária do Plenário; 2. Comunicação da presidência e da secretaria-executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejuapá – Perímetro Botucatu. O **Presidente do CONSEMA** informou que tanto a presidência como a Secretaria-Executiva do Conselho não tinham nenhuma informação a oferecer e, ato contínuo, submeteu à aprovação, nos termos regimentais, a Ata da 90ª Reunião Extraordinária do CONSEMA, que foi aprovada. Passou-se ao Expediente Preliminar. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** perguntou ao Presidente do CONSEMA acerca da possibilidade de se convidar o Secretário de Estado dos Transportes para apresentar ao Colegiado o plano de expansão do metrô de São Paulo para os próximos anos. Relatou que representante da OAB acompanhou a exposição feita por esse Secretário para a FIESP, contexto em que ficou absolutamente evidenciado que o Governo do Estado pretende privilegiar esse modal de transporte. Argumentou ser este um dos motivos que torna indispensável sua vinda ao Conselho, órgão máximo do Sistema Ambiental do Estado de São Paulo, com o objetivo de expor para os conselheiros tal plano, concedendo-lhes assim a oportunidade de examinar com cuidado suas particularidades. Argumentou ainda o conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** que igualmente importante é apresentar ao CONSEMA o plano de contingência formulado pelo Estado para o período de chuvas que se avizinha, principalmente porque dele participam representantes de diferentes segmentos da sociedade, que, além de examiná-lo juntamente com a Defesa Civil, poderão difundir as cautelas que o Governo prescreve para esse período. Por último, observou que o Natal se aproxima, pois já se iniciou o período do Advento, e que esse dia – 18 de dezembro – é consagrado a Nossa Senhora do Bom Parto. Concluiu sua intervenção manifestando votos de um Natal Santo e abençoado Ano-Novo, com saúde e alegria. O conselheiro **Luiz Fernando Rocha** requereu a retirada da pauta do único item da Ordem do Dia, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejuapá – Perímetro Botucatu, pela ausência de tempo hábil para analisar a documentação, uma vez que parte dela, um anexo importante, acaba de ser distribuída para os conselheiros pelo órgão responsável pelo Plano. A conselheira **Cristina Maria do Amaral Azevedo** informou ter sido lançado na última segunda-feira, dia 16, o primeiro livro brasileiro sobre manejo de capivaras com vistas ao controle da febre maculosa, trabalho este elaborado por pesquisadores que se vinculam a várias universidades, entre as quais a USP, e que contou com a colaboração de técnicos do Departamento de Fauna do Centro de Tecnologia de Recursos Naturais. Asseverou que, pela importância do problema que esse trabalho aborda – a invasão de áreas urbanas pelas capivaras e pela febre maculosa –, distribuiria alguns exemplares desse trabalho para os conselheiros na próxima plenária. Outra questão que pretendia abordar diz respeito à análise do potencial de risco de espécies invasoras, que foi elaborada no prazo proposto por grupo de trabalho do qual fazem parte Secretarias de Estado: Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria da Saúde. A conselheira **Zuleica Maria de Lisboa Perez** informou ter-se dado cumprimento ao cronograma estabelecido para que a SMA, precisamente a Coordenadoria de Planejamento Ambiental, juntamente com a CETESB, elaborassem documento apresentando o panorama da situação dos resíduos sólidos do Estado de São Paulo. Informou também que, no dia anterior, representantes dos dois órgãos haviam-se reunido com a Comissão Estadual de Resíduos Sólidos, que validou o documento, o qual, a partir do dia 15 de janeiro, estaria disponível para consulta pública. Declarou ainda que se comprometia a apresentar aos conselheiros na próxima plenária tanto o documento suprarreferido como o cronograma das atividades que serão desenvolvidas pela CPLA em 2014. Outra questão importante, observou, relaciona-se com o Zoneamento Ecológico-Econômico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da Baixada Santista, que, infelizmente, não pôde ser lançado no dia de hoje, como se havia previsto, em consequência das dificuldades enfrentadas pela Imprensa Oficial editar a quantidade acordada. Comprometeu-se, contudo, a enviar esse documento para os conselheiros tão logo seja editado. Uma boa nova, observou, diz respeito ao considerável avanço proporcionado pela aprovação de decreto sobre água de reuso para as estações de água das unidades públicas. O conselheiro **José Ricardo Franco Montoro** teceu comentários sobre a solenidade de premiação dos municípios pelo seu bom desempenho no âmbito do Programa Município Verde/Azul, solenidade ocorrida no dia 10 de dezembro último no Palácio dos Bandeirantes e que contou com a participação de representantes de 313 municípios. Enfatizou o crescimento do número daqueles que são cadastrados nesse programa – aproximadamente 590 – e tornou público seu compromisso com o Governador do Estado e com o Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, de universalizar esse programa suprapartidário, por ter efetivamente beneficiado os municípios, especialmente com a transferência de conhecimento e tecnologia. Informou que a 480 municípios foi entregue documentação a respeito das dez diretrizes que constituem o núcleo do programa; que a nota média alcançada pelo desempenho aumentou de 40 para 46, o que traduz significativa melhora no que concerne à participação, e que foram certificados 67% dos municípios, a despeito de 70% dos prefeitos serem novos. Informou que se iniciava nesse momento um processo de reavaliação do programa, com base no qual se diagnosticou a necessidade de algumas modificações. Declarou que, com o propósito de atender aos frequentes pedidos de esclarecimento sobre o real significado do Selo Verde, informa que se trata de projeto de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovado em 2005, cuja concepção é de autoria do eminente arquiteto Oscar Niemeyer há pouco falecido. Informou ainda que esse selo pertenceu a uma fundação que tentou negociar sua aquisição com o Governador do Estado e o Secretário de Meio Ambiente, e ambos recusaram de forma veemente a tornar esse valor simbólico objeto de transação comercial. O conselheiro **Jefferson Rocha de Oliveira** ofereceu informações sobre a primeira reunião da Câmara Técnica de Mineração, que foi organizada pela Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, juntamente com a Subsecretaria de Mineração, e aconteceu em Lorena no último 10 de dezembro. Informou que se trata de trabalho interessante acerca do ordenamento territorial geomineiro do Vale do Paraíba, e solicitou à SMA que ele seja retomado no início do próximo ano. O conselheiro **Flávio de Miranda Ribeiro** ofereceu breve relato sobre evento sediado pela CETESB na manhã do dia anterior, oportunidade em que se fez um balanço dos resultados obtidos com a implementação da logística reversa no Estado de São Paulo desde a assinatura dos termos de compromisso firmados pela SMA e pela CETESB com os setores produtivos. O evento contou também com a participação de representantes da FIESP, do Ministério Público e do Movimento dos Catadores, e cada um desses representantes relatou os desafios e dificuldades que enfrenta. Por ocasião do encerramento desse evento – relatou o conselheiro Flávio de Miranda Ribeiro –, a conselheira e coordenadora da CPLA, **Zuleica Maria de Lisboa Perez**, e o Secretário de Estado Adjunto, **Rubens Rizek**, fizeram breve avaliação e prognosticaram os próximos passos a serem dados. O conselheiro **Daniel Teixeira de Lima** informou que no dia anterior, à altura da Ponte do Socorro, fora inaugurada a Ponte Friedrich Bayer, que se trata de projeto inovador que tem como formato uma vitória régia e é fruto de parceria firmada entre o governo do Estado de São Paulo e a referida empresa. Explicou que essa ponte não apenas interligará os dois lados do Rio Pinheiros como dará acesso a cerca de 3 km de ciclovia. Enfatizou a importância da participação dessa empresa na medida em que contribuiu para solucionar, com a construção dessa ponte, a dificuldade que a população da região enfrentava para acessar não só essa ciclovia como também os outros meios de transporte, como metrô, trem e ônibus. Explicou que aproximadamente 300 mil habitantes serão beneficiados com a utilização dessa obra de arte. Primeiro, porque sua utilização reduzirá, em média, de duas a três horas, o tempo gasto para percorrer o mesmo trajeto, já que não se torna mais necessária a utilização de dois ou três ônibus, como antes acontecia, porque nessa área não existia ligação entre os dois lados do Rio Pinheiros. Acrescentou que se trata de parceria que envolveu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado de Energia, a Empresa Metropolitana de Água e Energia S/A-EMAE e a própria Bayer. Informou, ao final, que os recursos investidos pela empresa foram da ordem de 5 milhões de reais. Por fim, convidou os conselheiros para comparecerem, no dia 26 de dezembro próximo às 14h00, à solenidade de entrega à população de São Paulo de mais um parque urbano criado na Zona Oeste da Capital, que recebeu o nome de Parque Cândido Portinari. Explicou que esse parque dará acesso à Estação de Trem de Pinheiros e que sua pista de skate é contígua ao Parque Villa-Lobos. O conselheiro **Daniel Glaessel** informou que o Programa Crédito Ambiental Paulista-CAP/Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN prossegue com a publicação de seu primeiro edital, depois de terem sido selecionadas treze RPPNs, mas que uma delas, por não ter cumprido os requisitos estabelecidos pelo edital, foi desclassificada, restando, então, doze reservas. Argumentou que, finalizado o prazo de recebimento das propostas e do provimento dos recursos, se iniciará o processo de estruturação de reuniões que orientem a elaboração desses planos. Assinados esses documentos, eles serão entregues à SMA e apreciados pela SMA e pela Fundação Florestal, após o que se partirá para a assinatura dos contratos. Alcança-se, assim, a fase final dessa nova iniciativa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que tem o objetivo de remunerar os serviços ambientais que serão prestados por essas reservas, buscando-se, por meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da iniciativa privada, apoio específico para essa forma de conservação da biodiversidade. A conselheira **Yara Cunha Costa** declarou que, na condição de coordenadora da Coordenadoria de Educação Ambiental da SMA, informava a todos da mudança física da coordenadoria, que sairá do Butantã, onde atualmente funciona, para o Parque Villa-Lobos. Lembrou que, embora a divulgação dessas informações seja uma atribuição da Assessoria de Comunicação da SMA, considera importante transmiti-las a este Colegiado, em face da grande demanda dirigida à CEA, relacionada, principalmente, com as publicações cujo crescimento tem sido notável neste momento. Esclareceu que a demanda por material escolar, principalmente aquela originada pela Secretaria de Estado da Educação, foi além da expectativa, ocupando de forma inédita a estrutura da Imprensa Oficial e dando lugar à certa repressão na liberação das publicações. Garantiu, no entanto, que, na primeira plenária de 2014, apresentará, por exemplo, os novos números da coleção “Cadernos de Educação Ambiental”. Esclareceu ainda que, recentemente, por ocasião de simpósio realizado pelo Instituto de Botânica, foi lançado o número 17 da coleção “Cadernos da Fauna Urbana”, que acabou compondo dois volumes. Enfatizou que a equipe sente muito orgulho em ter realizado esse trabalho e esclareceu que se encontram no prelo dois novos números da coleção “Cadernos de Educação Ambiental”, que tratam dos resíduos sólidos, da logística reversa e da responsabilidade pós-consumo, que, com muito prazer, apresentará ao CONSEMA. O conselheiro **Luiz Antonio Cortez Ferreira**, em um primeiro momento, agradeceu à reivindicação formulada pelo conselheiro Carlos Alberto Maluf Sanseverino e endereçada ao Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo–Metrô para que compareça a esse Pleno com o propósito de oferecer informações sobre o plano de expansão desse modal em 2014. O conselheiro **Luiz Antonio Cortez Ferreira** enfatizou que a Secretaria de Estado dos Transportes está sempre disponível e disposta para atender essa demanda, toda vez que ela surge, ou seja, para apresentar o Plano de Modernização e Expansão do Metrô como também projetos futuros. Assegurou que, na pessoa do Secretário de Estado dos Transportes ou de um representante seu, esse órgão terá a grata satisfação de apresentar todos os seus projetos – sistemas de gestão e programas de mitigação e de custos –, esclarecer e explicar os enormes benefícios ambientais que decorrem da implantação e da operação do sistema metroferroviário. Pontuou que, tão logo surja a oportunidade, representantes da Secretaria ou o próprio Secretário estarão disponíveis para fazer essa apresentação. O conselheiro **Luiz Antonio Cortez Ferreira** declarou, por fim, que aproveitava a oportunidade para transmitir a todos cordiais votos de Boas Festas e um 2014 profícuo em benefício da qualidade ambiental do Estado de São Paulo. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** informou que faria algumas considerações e, em seguida, passaria a palavra ao seu suplente, Dimitri Auad, até que todo o tempo a que tem direito tenha-se esgotado. Relatou, em seguida, que vem acompanhando passo a passo as discussões sobre as inúmeras obras em curso no município de Paraibuna, entre as quais aquelas relacionadas com a “Duplicação da Rodovia dos Tamoios” e outras de responsabilidade da Petróbras. Referiu-se, em seguida, aos problemas graves decorrentes da “sobrepessão” que vem sendo exercida sobre os serviços públicos da cidade de Paraibuna –, que, como várias vezes anunciou, vivencia graves problemas orçamentários, a ponto de quase não conseguir dispensar a atenção devida a seus moradores. Explicou que os responsáveis por essa “sobrepessão” sobre os serviços públicos é o grande número de funcionários das empresas responsáveis pelas obras – entre 3 e 4 mil –, que circulam pelo município e que deles se utilizam. Relatou que, por ter feito várias vezes essas denúncias, foi questionado pelo fato de não comprová-las, uma vez que não apresenta nenhum dado a respeito dos vários pontos de conflito. Enfatizou que, para fazer jus a tal demanda, trouxe consigo o número do protocolo feito na Secretaria-Executiva do CONSEMA dos documentos que comprovam esses problemas e solicita a essa Secretaria que os encaminhe a todos os membros do Colegiado. Por sua vez, declarou, protocolaria esses documentos também na Ouvidoria da CETESB, para onde fora enviada também a análise minuciosa que o COMDEMA de Paraibuna fez do parecer técnico emitido por essa agência ambiental – com um cuidado extremo e letra por letra –, que concede licença prévia às “Obras de Duplicação da Rodovia dos Tamoios”. Essa análise, acrescentou, se faz acompanhar tanto de exame minucioso e detalhado de todos os problemas existentes no trânsito, nas áreas de saúde, de segurança e de abastecimento de água de Paraibuna como de relatório onde são documentados todos os contatos feitos com a Ouvidoria da DERSA, todas as reclamações não respondidas, o que torna esse relatório verdadeiro dossiê do acompanhamento da obra, que faz emergir de seu bojo outro problema, que é a inexistência de um efetivo acompanhamento e de uma efetiva fiscalização e, principalmente, de seu retorno. Solicitou à CETESB que promova uma aproximação e uma interlocução com os agentes locais, porque é surpreendente que, em dois anos de andamento da obra, nunca a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tenha sido procurada por algum representante da CETESB. Argumentou que, por outro lado, nunca foi dispensada uma atenção específica ao que a CETESB tem acompanhado e ao que efetivamente tem feito cumprir. O conselheiro **Dimitri Auad** declarou ter participado das audiências públicas sobre o EIA/RIMA das “Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste–CLT”, de responsabilidade da Ecourbis Ambiental S/A, realizadas na cidade de Mauá e no extremo da Zona Leste da Cidade de São Paulo, oportunidade em que propôs fosse realizada uma terceira audiência, desta feita na zona central dessa cidade. Pediu a intervenção do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA Bruno Covas, para que fosse acolhido seu pleito. Informou que, nos dois últimos pareceres e respectivas súmulas encaminhadas pela CETESB, não constatou a existência de índice ou sumário, o que dificulta a consulta desses documentos, motivo pelo qual



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ratificava a solicitação de que constem desses documentos esses dados. Declarou que voltava a falar sobre mobilidade urbana por se ter surpreendido com um congestionamento nas praças de pedágios de São Paulo, pois, ao serem ultrapassadas, o trânsito voltava ao normal em uma rodovia. Perguntou, então, ao Secretário e Presidente do CONSEMA o que deveria ser feito, além da “pretensa revisão do Regimento Interno”, para se evitar o contexto de consecutivas convocações de reuniões extraordinárias, cujos prejuízos foram exaustivamente comentados. A esta altura presidindo a reunião, o **Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA Bruno Covas** declarou que aguardava encaminhamento de pedido de revisão do Regimento Interno subscrito por três conselheiros. Acrescentou que, assim que esse procedimento for adotado, se conferirá a celeridade e a atenção necessárias para que se possa rapidamente se deliberar sobre a questão. O conselheiro **Dimitri Auad** pontuou que, independentemente da mudança do Regimento Interno, nada impossibilita que sejam adotadas medidas administrativas e operacionais que impeçam a convocação de reunião extraordinária quando esta se fizer acompanhar de parecer técnico com um grande número de páginas, porque, sendo esse documento a peça principal do debate, há necessidade de que seja exaustivamente analisado, o que em hipótese alguma pode ser feito se for grande o seu volume. O **Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA Bruno Covas** observou que, caso o parecer seja concluído com antecedência, ele se tornará disponível juntamente com a convocatória, a qual, no entanto, não acontecerá, se no dia da convocação ele ainda não houver sido concluído, pois, enfatizou, o que não se pode é ferir o Regimento. Acrescentou que, enquanto esse instrumento jurídico conceder esse poder discricionário à Presidência, ele, Presidente do CONSEMA, dele lançará mão. Passou-se, então, ao item único da Ordem do Dia, qual seja, o Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, perímetro Botucatu. O **Presidente do CONSEMA** advertiu acerca da existência de pedido de adiamento da apreciação desse item da Ordem do Dia, inclusive procedente até mesmo do ponto de vista regimental, uma vez que documentos que embasem os pontos da pauta precisam ser encaminhados aos conselheiros com a devida antecedência. Argumentou que a Presidência poderia, até *ex-officio*, propor o adiamento, mas preferia consultar antes os conselheiros sobre a oportunidade de a Fundação Florestal – FF fazer a apresentação, aproveitando-se, assim, da presença dos técnicos, que, além de se deslocarem até aqui, prepararam nos dias anteriores a exposição que deveriam fazer. Assim, observou, por um lado, se aproveitaria o quórum do ponto de vista quantitativo e qualitativo, e, por outro, se colocariam em contato com o assunto os conselheiros que não possuem qualquer familiaridade com esse tema. Advertiu ainda que, caso se torne necessário, na próxima oportunidade a apresentação será refeita. Respondendo questão formulada pelo conselheiro Daniel Lima, o **Presidente do CONSEMA** esclareceu que podem, sem dúvida, ser formuladas perguntas, mas as respostas serão oferecidas no momento oportuno, ou seja, quando de sua discussão. **Cláudia Macedo Reis**, Eng^a Florestal e Gestora da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, Perímetro Botucatu, iniciou a apresentação do Plano de Manejo, esclarecendo que se trata de uma APA que possui três perímetros, e que aquilo que é objeto do Plano de Manejo em tela concerne à APA de Botucatu. Acrescentou que se trata de uma unidade de conservação de uso sustentável, criada em 1983 e regulamentada através de Resolução da SMA de 1987. Ofereceu informações também sobre sua localização no município de Botucatu, que, por sua vez, se situa no centro do Estado de São Paulo. Explicou que a APA abrange três províncias geológicas: região da *cuesta*, da depressão periférica e do planalto, condição esta bastante peculiar e interessante. Argumentou ter sido a necessidade de preservar esses atributos o motivo de sua criação. Lançando mão de equipamentos apropriados, essa técnica apresentou imagens da *cuesta* basáltica; dos morros-testemunhos; das áreas de recarga do Aquífero Guarani – dois atributos estratégicos; do Sistema Aquífero Guarani, incluindo a flora e a fauna associadas, que levaram à existência de dois importantes biomas nesse território – a Mata Atlântica e o Cerrado. Explicou que o patrimônio cultural, arqueológico e histórico é outro atributo igualmente importante da região. Outro aspecto de proeminência, observou, é que a cultura caipira da região do Estado de São Paulo exerceu influência sobre essa APA, de modo a contagiá-la, fazendo com que a cultura caipira esteja nela muito bem representada, como atesta a Festa do Divino, que exerce forte influência na região. Apresentou fotos do Abrigo de Sarandi – um dos sítios arqueológicos dentre os vários que existem na área –, e explicou que a extensão dessa APA alcança cerca de 216 mil hectares, tratando-se, pois, de um território vasto, que abrange nove municípios do Estado, um deles com pouca, e outros, ao contrário – como Pardinho e Bofete –, com expressividade muito alta. Ressaltou que uma das peculiaridades dessa unidade de conservação de uso sustentável é o fato de as centralidades efetivamente urbanizadas terem sido excluídas no ato de sua criação, em 1983. Trata-se realmente de um território com pouquíssimo adensamento populacional por ocasião de sua criação, e que, atualmente, possui ainda características bastante rurais. Declarou que, apresentados diversos aspectos e condições da APA de Botucatu, passava-se ao Plano de Manejo, feito com recursos orçamentários do Governo do Estado, da ordem de 280 mil, e, portanto, relativamente barato. Trata-se de documento técnico preliminar, feito por uma empresa contratada: Casa da Floresta Assessoria Ambiental. Essa contratação ocorreu em outubro de 2009, no entanto o processo de mobilização é bastante anterior. Informou que, no período de outubro de 2009 a abril de 2011, foi elaborado esse plano, e, em abril de 2011, ele foi aprovado pelo Conselho Gestor da APA, que possui caráter consultivo. Aprovado por esse Conselho, ele foi então encaminhado ao CONSEMA para avaliação. Em agosto de 2012, ele foi aprovado pela Comissão Temática de Biodiversidade do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

CONSEMA. Informou que, por volta de 2008, o grupo iniciou a elaboração com informativos sobre a APA, digitais e impressos e amplamente divulgados na região. Concomitantemente, ainda em 2008, foi dada a posse ao Conselho Gestor Consultivo da APA e, em 2009, na continuidade dessa mobilização, articulação e divulgação, foram feitas visitas a todos os prefeitos dos nove municípios abrangidos pela unidade. Foram feitas reuniões, inclusive preliminares à contratação da empresa, em que foram discutidas informações-chave de todo o território da APA: não só acerca das autoridades locais, como também da população local, desde que houvesse informações relevantes que deveriam ser consideradas para fins de diagnóstico e de zoneamento. Ainda no contexto do planejamento participativo, foram realizadas seis reuniões técnicas, das quais participaram membros do Conselho Gestor, diversos especialistas, tanto vinculados à empresa como às universidades que estão presentes no território. Cada reunião contou com a presença de trinta participantes e foram realizadas já na fase adiantada de elaboração do plano. Esclareceu que, além disso, foram realizadas inúmeras reuniões técnicas de coordenação, e que o cômputo final de todo esse trabalho de mobilização, principalmente no âmbito da elaboração do plano, contou com cerca de trezentos participantes. Declarou que todas essas informações concerniam ao planejamento participativo. Em relação à estrutura do plano, informou que ela segue mais ou menos o padrão normal, que se constitui de diagnóstico socioambiental – que deve ser robusto em virtude de sua grande importância para elaboração das outras análises; da avaliação estratégica; do zoneamento; do planejamento; de uma matriz para gestão da área; de resumo executivo; da Minuta de Portaria da Fundação Florestal e da cartografia, formada por cartas-base e cartas temáticas, cujo produto mais importante é o banco de dados georreferenciados. Esclareceu ainda que o zoneamento partiu dos objetivos da APA, qual seja, a conservação dos atributos para cuja preservação ela foi criada, e de um pré-zoneamento interessante que fora elaborado, em 2006, pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA, que é o outro órgão da Casa responsável pela gestão da unidade até 2008. **Cláudia Macedo Reis** passou a oferecer informações sobre cada uma das zonas definidas e suas características – extensão, localização, atributos, potencial, restrições e fragilidades –, que foram pormenorizadamente explicadas. Referiu-se também às áreas que foram locais definidos de caráter provisório, nas quais foram detectados tanto aspectos positivos como outros que requerem cuidados. Ficaram estabelecidas, então, áreas de interesse histórico cultural; sítios arqueológicos já bastante estudados pela USP e por outras instituições de ensino; áreas de potencial interesse turístico, porque se detectou a presença de trajetos, a partir dos quais se definem roteiros muito especiais, tanto para avaliação e contemplação, pois possuem paisagens muito interessantes, e pontos de interesse turístico de característica mais cultural. Por fim, a área que demandará muito serviço, que é a área de recuperação. Apresentou a matriz de planejamento do plano de manejo, que definiu diretrizes e linhas de ação. Esclareceu terem sido as seguintes as diretrizes apontadas: a sustentabilidade socioambiental e econômica; a conservação da biodiversidade; a conservação dos recursos hídricos; a proteção, recuperação e monitoramento ambiental; a conservação e manejo do solo; a conservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico; a comunicação, a educação ambiental e a pesquisa. A cada diretriz, explicou, correspondem inúmeras linhas de ação que têm um caráter mais aplicado e executável. Reiterou ter sido essa a matriz de planejamento estratégico, a qual vem sendo utilizada, desde sua finalização, para o planejamento anual do Conselho Gestor Consultivo, bastante ativo e muito envolvido na gestão da APA. Acrescentou que, a partir das prioridades apontadas, a partir do planejamento, tornou-se possível trabalhar e realizar um seminário regional de resíduos sólidos, com o apoio da SMA, e que contou com mais de sessenta participantes das diferentes prefeituras. Em 2013, complementou, conseguiu-se promover a recuperação de trinta hectares de área de preservação permanente, com o apoio da APA e de seu Conselho Gestor, além das iniciativas das diferentes instituições do Conselho. Outro produto muito importante que se encontra em fase de finalização são as placas a serem colocadas ao longo das rodovias que cortam a APA, que são a Marechal Rondon e a Castelo Branco. Explicou que, em 2013, foi também fortemente trabalhada a questão da segurança alimentar com enfoque ambiental e na saúde e na educação, o que é consistente com os outros desdobramentos do plano de manejo. Outras contribuições que o plano já ofereceu foi o diagnóstico, que já vem sendo utilizado para fins de licenciamento e em manifestações técnicas com vistas à compensação ambiental. Trata-se, portanto, de conquista importante ter à disposição um instrumento que torna o trabalho viável, inclusive o intercâmbio técnico-científico. Explicou que o diagnóstico e o banco de dados georreferenciados são conquistas importantes, e que, apesar de ainda não aprovado o plano de manejo, esses dados já se tornaram disponíveis para as entidades que o solicitaram, o que favorece a apropriação do diagnóstico. Ao finalizar, informou que fomentam e incentivam essas conquistas o incremento de teses, dissertações e trabalhos mais simples de conclusão de curso que elegem como tema a APA. O **Presidente** explicou que se chegara ao momento oportuno de votar o pedido de adiamento. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** declarou concordar com a proposta e observou que, como a questão estava presente, pois acabara de ser apresentada, a despeito do adiamento solicitado, ela poderia ser objeto de comentários e observações. O conselheiro **Luiz Fernando Rocha** concordou com a sugestão do conselheiro que o antecedeu e observou que, após as discussões, poderão surgir novos questionamentos e que, por esse motivo, a gestora da APA poderá responder, razão por que solicitava que ela permanecesse no Plenário. O **Presidente** do CONSEMA argumentou que poderia adiar *ex-officio* a apreciação do Plano de Manejo, por não ter



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sido cumprido o requisito segundo o qual todos os documentos que subsidiam a discussão devem encontrar-se disponíveis no prazo regimental. No entanto, observou, como o referido documento acabara de ser entregue e o plano de manejo, apresentado, nada impedia que os conselheiros apresentem suas dúvidas, ouçam as respostas e formulem sua opinião. Por outro lado, se o assunto for pautado novamente, nada impediria que venha a ser novamente apresentado e discutido. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** referiu-se às lembranças que guarda da região de Botucatu onde viveu parte de sua infância – dos anos 1970 aos 1980 – e onde seu pai exerceu a função de promotor. Referiu-se à sugestão contida no relatório oferecido pela Comissão Temática de Biodiversidade sobre a importância da participação de representantes do poder municipal na defesa de causas ambientais, entre outras, a preservação de espécies de animais ameaçadas de extinção; inibição da expansão de eucaliptos, que podem contaminar culturas que devem ser preservadas. Por último, o conselheiro **Sanseverino** declarou que apoiava a manifestação do Ministério Público do Estado de São Paulo que aponta para a necessidade de o plano de manejo promover tanto a integração dos fragmentos de vegetação na zona de vida silvestre como sua utilização para proteção de nascentes e de mananciais. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** parabenizou a qualidade técnica que se anuncia na condução e gestão dessa unidade de conservação e solicitou esclarecimentos sobre o abastecimento público no que diz respeito às águas subterrâneas, ou seja, sobre os municípios abrangidos por essa APA que dependem dessa água; sobre a presença, no Conselho Gestor da APA, de representantes do segmento rural – mais precisamente dos conselhos de desenvolvimento rural – e acerca do âmbito em que se dava essa representação, esclarecendo que tal preocupação resultava da consciência dos vários desafios que a unidade de conservação enfrenta – entre outros, a contaminação do solo e sua interface com o segmento produtivo do agronegócio. Por fim, chamou atenção para a necessidade de se implementar a orientação contida no Projeto Florestar, de autoria do Grupo de Atuação Especial de Defesa de Meio Ambiente–GAEMA, que há pouco foi apresentado ao CONSEMA, que aconselha se promover discussões e negociações sobre diagnósticos, estudos básicos e planejamento tanto de medidas compensatórias como de possíveis integrações. Depois de esclarecer que outro desafio era promover a efetiva restauração das áreas de preservação permanente e da reserva legal, declarou que aproveitava a oportunidade da presença do mestre Prof. Paulo Yoshio Kageyama para lhe render homenagens e agradecer publicamente a grata oportunidade que teve de com ele aprender. **Paulo Yoshio Kageyama**, na condição de assessor da conselheira Simone Aparecida Vieira, declarou que exercia a função de professor titular da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo–ESALQ/USP, na área de genética e melhoramento de plantas, com ênfase em genética de espécies arbóreas. Declarou ter estudado aproximadamente cinquenta espécies do bioma mata atlântica do interior, que é a mata atlântica sazonal biorresidual onde se localiza o projeto. Esclareceu que se trata de uma das regiões em que essa espécie sofre impactos consideráveis e que dava para contar nos dedos das mãos os fragmentos com reservas acima de mil hectares. Acrescentou que as *cuestas* – esta fisionomia bastante típica da região de Botucatu que inclui essa APA – são na verdade, uma fisionomia bastante típica e representativa da mata atlântica do Interior. Esclareceu ser ela bastante utilizada no estudo das espécies em risco de extinção e que ainda sobrevivem pequenos fragmentos por causa do relevo em que se situam. Esses aspectos, acrescentou, justificam plenamente o manejo da APA tal como foi apresentado – considerado exemplar – e que vem sendo acompanhado, com bastante atenção, por vários pesquisadores da USP e de outras universidades. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu a presença do Prof. Paulo Kageyama, após o que a conselheira **Yara Cunha** comentou que, apesar de a exposição do Plano de Manejo ter sido esclarecedora, restaram duas dúvidas. A primeira é por qual razão, antes da apresentação do diagnóstico ou de qualquer informação mais detalhada, não se apresenta, como ponto de partida, o próprio zoneamento. A outra pergunta é sobre qual perímetro dessa APA foi elaborada a proposta de manejo vencedora de concurso promovido pela SMA e pela Fundação Florestal. Na condição de assessor da conselheira Maria Auxiliadora Assis Tschirner, **Pedro Jovchelevich**, Engº agrônomo pela Faculdade de Ciências Agrônomicas vinculada à Universidade Estadual Paulista–UNESP e diretor-presidente do Instituto de Agricultura Biodinâmica, Transgênico e OGM – organização não governamental sediada em Botucatu e considerada pioneira no Brasil –, explicou que, com a implantação da Fazenda Demétria, a fundamentação legal do movimento orgânico brasileiro se iniciou em 2003, foi regulamentada em 2008, e entrou em vigor em 2011. Informou, ainda, ter sido criado no ano em curso o Plano Nacional de Agricultura Orgânica e Agriculogia–PLANACO, com o propósito de consolidar uma política pública brasileira muito forte sobre essa questão. Ao concluir, reiterou a informação já oferecida de que a APA de Botucatu é uma área de relevância ecológica. O conselheiro **Daniel Teixeira de Lima** observou que, por não ter tido a oportunidade de consultar o relatório, formularia perguntas cujas respostas poderiam eventualmente já dele constar, o que o levava a antecipadamente pedir desculpas se isso eventualmente ocorrer. A primeira questão, observou, era a solicitação de que fosse oferecida a fundamentação jurídica da figura da APA; a segunda questão era se o Aquífero Guarani, embora 71% de sua área se encontre em território brasileiro e abranja sete Estados, foi reconhecido pelo Banco Mundial como água de preservação mundial; e a terceira pergunta também dizia respeito ao Aquífero Guarani, que tem-se tornado objeto de considerável atentado, em decorrência do uso intensivo de agrotóxicos naquela região, especialmente na área em que ocorre o encontro do charco paranaense com a Bacia do Rio Paraná. A essa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

última pergunta o conselheiro associou outra, qual seja, se o planejamento foi elaborado com vistas a prevenir essa devastação – essa contaminação por agrotóxico que se inicia no Rio Grande do Sul e alcança o Estado de São Paulo. A quarta pergunta consiste em como se implementar um turismo sustentável na região da APA Botucatu, que revelou ser área de interesse histórico-cultural, tal como demonstra o livro organizado e escrito pelo Prof. Marco Villa, vinculado ao *campus* de São Carlos da Universidade Federal do Estado de São Paulo – UNIFESP, e editado pela Imprensa Oficial. Observou que precisamente o que desejava saber a esse respeito é o seguinte: conhecedor de que as atividades relacionadas com a educação ambiental são um dos pontos fortes do plano de manejo, como associar a ela não só a questão histórica como a preservação do cerrado, levando-se em conta o pouco cuidado dispensado pelo CONSEMA à preservação desse bioma. Explicou que, com fundamento nas declarações do Prof. Paulo Yoshio Kageyama de que, na região da APA, convivem fragmentos dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, gostaria de saber como trabalhar de forma alternada a preservação e o uso sustentável de cada um. Por último, observou, no que concerne à proposta do Estado de continuar trabalhando com o Programa Município Verde/Azul, tem notado que a própria população paulista vem cobrando os municípios para que promovam a adequação de sua agenda ambiental à desse programa. O conselheiro **Paulo Roberto Dallari** solicitou fosse enviado, juntamente com o relatório da Comissão Temática de Biodiversidade, a minuta normativa citada, e que, na próxima Plenária em que o plano de manejo voltar à Ordem do Dia, fossem detalhadas as restrições. **Estevão Braga**, presidente da Associação Paulista dos Produtores de Florestas Plantadas–Florestar, sugeriu que, ao invés de se restringir, fosse suspenso o uso de produtos químicos das classes 1, 2 e 3. Argumentou também ter sentido falta, no plano de manejo, de uma análise mais aprofundada, de modo a oferecer uma linha de base ou ponto de partida que subsidie a escolha de outros produtos no caso de eventual substituição. Declarou, ao final, que os membros do Florestar estavam à disposição do Conselho Gestor da APA e do próprio CONSEMA. **Eugênio Ulian**, diretor da Agrobio, informou que falava em nome da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia–Agrobio e que sua intervenção se refere a informações que constam do relatório da Comissão Temática de Biodiversidade, mas que não foram citadas durante a discussão, embora dissessem respeito à restrição, na APA, do uso de organismos geneticamente modificados. Referiu à existência de conflito legal entre a recomendação feita no relatório e a legislação federal que regulamenta o uso comercial de organismos geneticamente modificados. Além disso, observou, o relatório informa, para surpresa de todos, que culturas como a do eucalipto geneticamente modificado não serão plantadas no próximo período compreendido de dez a quinze anos. Por outro lado, informou, tem conhecimento de que nos próximos meses uma das empresas associadas submeterá pedido de liberação comercial junto à CTNBio, e espera que ele seja deferido nos próximos dois anos. Além disso, observou, existem associadas da Agrobio que desenvolvem cana de açúcar geneticamente modificada e prognosticam sua liberação comercial para os próximos três anos. Observou ainda que, na região de Botucatu, embora a cana de açúcar possua considerável importância econômica, o relatório não a menciona uma única vez. Além disso, reiterou, o principal argumento utilizado no relatório para o não plantio de culturas anuais geneticamente modificadas se baseia em artigo publicado na *Food and Chemical Toxicology*, o qual foi retirado recentemente pela própria publicação por ter sido considerado inexacto e incompleto. O conselheiro **Dimitri Auad** informou que há aproximadamente três semanas foi realizada a décima segunda licitação para exploração do gás convencional e não convencional, e que uma das áreas contempladas para exploração do último é a região do Aquífero Guarani. Argumentou que, em face das informações apresentadas nessa plenária sobre o Aquífero Guarani, seria interessante solicitar fosse apresentada aos conselheiros a tecnologia a ser utilizada nessa exploração. **Cláudia Macedo Reis** comentou que o plano de manejo foi elaborado em tempo relativamente curto e foi muito hábil por oferecer as ferramentas indispensáveis para o estabelecimento e a conexão dos corredores. Acrescentou que, no que tange ao uso e a ocupação do solo, ele definiu trinta e sete fragmentos importantes e outras possibilidades existentes para sua implantação – inclusive técnicas de restauração –, desde que houvesse precisão cartográfica. Portanto, acrescentou, conta-se com esse instrumento factível para se realizar o trabalho. Já em relação ao eucalipto, observou, avalia-se, desde a época da elaboração do plano de manejo, tudo o que foi feito, e quando, e, portanto, com esse mapeamento de uso e ocupação do solo é obvio que a ocupação do território será dinâmica. Enfatizou que se verifica encontrar-se estabilizada a situação do eucalipto, até mesmo porque as grandes empresas instaladas na região já possuem seu pátio fabril, e a expansão, quando ocorre, é fora da área da APA. Acrescentou que a matriz de ocupação em termos de expansão ocorre no setor da cana, eventualmente da citricultura, com grandes problemas de controle fitossanitário. Por essas razões, acrescentou, trata-se o eucalipto de uma cultura já pré-instalada, que ocupa 32% do território, e que a interlocução com o setor é muito boa, até mesmo porque possuem dois representantes no Conselho Gestor da APA. Respondendo às questões formuladas pelo conselheiro Carlos Alberto Maluf Sanseverino, **Cláudia Macedo Reis** ofereceu várias informações. Primeiro, que o Conselho Gestor da APA, embora consultivo, possui caráter quase deliberativo e nele tem assento nove municipalidades, e que questões que possuem caráter regional como resíduos sólidos, são tratadas no âmbito do conselho, que é paritário, pois possui 25% de representantes dos municípios, 25% de representantes do Estado e 50% da sociedade civil organizada. Esclareceu que a OAB não participa dele, embora tenha sido convidada, e que seria uma honra muito grande contar com a participação dessa entidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Respondendo às questões formuladas pelos conselheiros Carlos Alberto Maluf Sanseverino, Marcelo Pereira Manara, Yara Cunha, Daniel Lima, Antônio Cesar Simão, **Cláudia Macedo Reis**, gestora da APA de Bocutacu, agradeceu e informou que os representantes do Conselho Gestor participam de alguns COMDEMAS, mas, não, dos conselhos de desenvolvimento rural de alguns municípios. Acrescentou que a APA não possui representação formalizada, mas, por outro lado, possui boa interlocução com representantes dos diversos segmentos da região. E acrescentou que alguns temas são caros a esses conselhos, aos fóruns municipais e aos COMDEMAS, como, por exemplo, o Pagamento por Serviços Ambientais–PSA, que se trata de iniciativa pioneira da SMA, que formulou e discutiu o detalhamento dessa política, tornando-se vanguarda nesse assunto. **Cláudia Macedo dos Reis** esclareceu também que o diagnóstico do plano apresenta os pontos de captação devidamente outorgados e regularizados, e eles estão muito aquém do que se observa em campo. Asseverou que nenhum município abrangido pela APA faz captação direta do aquífero e que o abastecimento de Torre da Pedra é feito pelo Córrego dos Almeidas, cuja recuperação constitui verdadeiro desafio técnico, principalmente porque se trata de um corpo d'água que abastece a população. Em princípio, observou, o aquífero é uma reserva estratégica para os nossos filhos e nossos netos, e que a SMA vem trabalhando muito bem para sua restauração, desde o Projeto Mata Ciliar. Enfatizou que se vem trabalhando na perspectiva de se implementar políticas públicas através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais–CBRN. Informou que outra forma de trabalhar é a busca de adesão, por exemplo, de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público–OSCIP do Estado de São Paulo, que obtenha recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento–BNDES. Reiterou que se trabalha intensamente no âmbito do Conselho para se obterem adesões e que, para tanto, foram estabelecidos alguns critérios. Reiterou que não possui articulação com o GAEMA, mas, sim, com representantes do Ministério Público na região, e que é muito formal a interlocução. Referindo-se à pergunta formulada pela conselheira Yara Cunha, informou que o material resultante da proposta que foi objeto de concurso gerou uma quantidade enorme de informações e todas elas foram resgatadas e aproveitadas na elaboração do plano de manejo. Sobre a questão de desenvolvimento sustentável, essa é uma das características da unidade de conservação que se discute, e é imprescindível para o estabelecimento do pacto. Argumentou que, por exemplo, não se tinha o domínio da área, mas eram necessárias áreas-piloto para se buscar esse desenvolvimento pactuado com seus proprietários e com os setores produtivos. Acrescentou serem esses os desafios da APA, quais sejam, trabalhar a questão da agenda positiva, dos incentivos financeiros e da isenção de impostos – e essa é a linha que a SMA vem adotando. Acrescentou também que a necessidade de que as unidades de conservação de uso sustentável sejam palco de experimentação dessas políticas é uma reivindicação inclusive do Conselho Gestor. Argumentou que todos esses editais devem possuir um olhar carinhoso para as APAs, para que se possa, de fato, implantá-las e fazer sua gestão. Informou que uma característica do aquífero aflorante da APA de Botucatu é que a taxa de infiltração é relativamente baixa, diferentemente da de outras regiões do país e do continente onde a taxa de percolação, de infiltração, é mais intensa. Observou que o fato de ser mais lenta implica que as contaminações ou os produtos com potencial de contaminação disponíveis ou colocados na região, se consumidos, afetarão a população da região, uma vez que eles não são exportados. Em outras palavras, o mau uso ou o uso inadequado desse solo afetará diretamente a região da APA. Esclareceu que a minuta à qual o representante da FIESP se referiu encontra-se disponível e que anteriormente se propusera uma deliberação do CONSEMA. Quanto às questões relacionadas com os agrotóxicos, a preocupação se limita com as classes toxicológicas de número 1 e 2, e, eventualmente a 3, com o prazo para adaptação, porque se imagina que, nesse ínterim, se promova o ajuste com o setor produtivo. Argumentou que a informação do meio acadêmico é que existe comercialmente a possibilidade de se reduzir ou aumentar as classes 1 e 3 desde que já exista o produto disponível, que, muitas vezes, custa um pouco mais caro. Ao finalizar, pontuou que todo o trabalho é de divulgação, de convencimento e de adoção de boas práticas, embora essa seja uma questão ainda a ser discutida. O **Prof. Paulo Kajeiyama** declarou que feliz ou infelizmente participou durante quatro anos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a qual, na verdade, analisa os processos de transgênicos. Observou que o NK-613, que é o milho, foi testado na verdade com ratos, com cobaias, e o trabalho foi produzido pelo Séralini, um pesquisador francês, o maior na área de biossegurança e transgênicos do mundo, e, portanto, muito visado pelo poder das empresas produtoras de transgênicos. Esse trabalho foi apresentado à revista e passou pelos seus pares, como acontece com toda e qualquer revista de nível internacional. Pontuou que as informações publicadas causaram repercussão no mundo inteiro, em todos os telejornais, tendo sido exercida uma pressão forte sobre a revista, que, por fim, pediu para retirar, sem desmentir em nada esse trabalho. No entanto, observou, é importante dizer que a metodologia que ele usou é a que se usa no Brasil. Como não havia mais nenhum inscrito para fazer uso da palavra, o **Presidente do CONSEMA** submeteu à votação o pedido de adiamento da apreciação do Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, perímetro Botucatu, que foi aprovado por unanimidade. Como nada mais havia a tratar, o **Presidente e Secretário de Estado do Meio Ambiente Bruno Covas** declarou encerrada a reunião. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.